

Rebeldes com causa: a juventude como agente de mudança social numa perspectiva histórica europeia

Rebels without a cause: youth as agent of social change in an European historical perspective

Elena Cruz*
Cláudia Pereira**

Resumo

A relação estabelecida entre as ideias de juventude e de mudança social pode apresentar uma percepção de “naturalidade” para o senso comum. No entanto, ao adentar a trajetória da juventude como construção social, nota-se uma disputa por seu reconhecimento como parte legítima da vida em sociedade. Movimentos políticos, sociais e culturais favoreceram, advertida ou inadvertidamente, o surgimento do jovem como um ator social, visto pelo contexto europeu, a partir do século XIX. Para tanto, são tomados como referência textos de David Le Breton, Philippe Ariès, Jon Savage, Edgar Morin e Luis Antonio Groppo, entre outros autores, que nos ajudam a compreender os percursos da noção de juventude ao longo do tempo. Esse artigo evidencia o entendimento do jovem como um problema social, articulado com suas representações nas esferas públicas e, por outro lado, destaca a juventude como um rico objeto de estudo sociológico à luz dos meios de comunicação. A juventude se trata, portanto, de uma categoria de pensamento em permanente construção, sujeita a transformações sócio-histórico-culturais, em diferentes contextos.

Palavras-chave: Juventude. Construção social. Mudança social. Século XIX.

Abstract

The relationship established between the ideas of youth and social change can perform as something natural for common sense. However, in adding the trajectory of youth as a social construction, you can see a contest for your recognition as a legitimate part of life in society, which has been given through complex disputes. Political, social movements, social and cultural favored, warned or inadvertently, the youth's emergence as a social actor from the 19th century, beyond its age ranking. For so much, they are taken as a text reference of David Le Breton, Philippe Ariès, Jon Savage, Edgar Morin, and Luis Antonio Groppo, among other authors, who help us understand the course of the notion of youth over time. This article reveals the understanding of young people as a social problem, articulated with their representations in the public spheres and, on the other hand, shows youth as a rich object of sociological study in the light of the media. Youth is, therefore, a category of thought in permanent construction, it develops socio-historical-cultural transformations, in different contexts.

Keywords: Youth. Social construction. Social change. 19th century.

* Mestre e Doutoranda em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); Docente de Jornalismo e Publicidade e Propaganda, na Universidade Estácio de Sá; Bolsista do Programa Institucional de Extensão UNESA; Email: elenacruzrio@gmail.com

** Doutora em Antropologia Cultural pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia - IFCS/UFRJ; Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Brasil; Bolsista de Produtividade em Pesquisa –CNPq; Email: claudiapereira@puc-rio.br

Juventude e mudança social, nada de “natural” até aqui

Compreender o significado de uma palavra, ainda que no próprio idioma, pode ser uma tarefa complexa. A noção do termo “juventude” possibilita diversas interpretações quando se adentram por perspectivas do senso comum e das ciências sociais. Dentre várias possíveis, há uma relação que é especialmente bastante recorrente, que é a que se estabelece entre os jovens e a mudança social.

O objetivo desse artigo é analisar de que modo surge tal associação, entre juventude e mudança social, analisando-se o papel do engajamento juvenil nas esferas institucionais da modernidade ocidental. Para isso, será preciso voltar na história para acompanhar os passos da juventude, enquanto construção social, no sentido da busca por um espaço legítimo de participação, o que ainda está em curso.

A premissa deste trabalho é a de que juventude e mudança social caminharam juntas a partir do século XVII. Como partida, é oportuno observar as diferenças entre movimentos sociais aclarado por Allan G. Johnson (1997). Em linhas gerais, “[...] movimento social é um esforço coletivo contínuo e organizado que se concentra em algum aspecto de mudança social” (JOHNSON, 1997, p. 155). Porém, ainda é possível pensar em três divisões: os de reforma, os revolucionários e os de resistência. A primeira é uma maneira de melhorar condições em um sistema social, mas sem modificar o caráter fundamental. Já o movimento revolucionário segue o caminho oposto: alterar as características estruturais ou culturais básicas de um sistema. Por fim, o movimento de resistência combate mudanças que acreditam ser prejudiciais a um grupo (JOHNSON, 1997).

É interessante, neste caso, uma aproximação do conceito de “articulação¹⁰”, adotado por Lawrence Grossberg (1992). O pesquisador compreende que, através da associação de duas noções que não possuem nenhum tipo de correlação inicialmente, são elaboradas novas ideias que, com o processo intrínseco ao fenômeno das representações sociais (MOSCOVICI, 2015), tornam-se correntes nas conversas diárias, ganham familiaridade e, conseqüentemente, são naturalizadas. Desse modo, “juventude” e “mudança social” são duas particularidades que se encontraram durante a história e se uniram como ideia espontânea. Por consequência, analisar, ou articular, a juventude como agente “natural” de transformação social é uma posição precipitada. Para observar a noção de mudança social atrelada à juventude, antes, é necessário lançar um olhar renovado sobre os percursos do conceito de juventude na contemporaneidade.

Juventude como problema social

David Le Breton (2017) afirma que “[...] a adolescência não é um acontecimento, mas antes uma questão que atravessa o tempo e o espaço das sociedades humanas. Algumas se preocupam em demarcar faixas etárias e as responsabilidades associadas a elas” (LE BRETON, 2017, p. 19). O período entre a infância e a vida adulta é tomada de formas diversas de acordo com circunstâncias culturais e, portanto, não há uma “lei geral” que o defina. Luís Antonio

¹⁰ Tradução livre: “Articulation: the practice of linking together elements which have no necessary relation to each other; the theoretical and historical practice by which the particular structure of relationships which defines any society is made. For Example: while there is no obvious reason why a particular hair color is tied to a particular level of intelligence, the notion of the “dumb blonde” was a particular powerful articulation for many decades” (GROSSBERG, 1992, p. 397).

Grosso (2000) reforça que a juventude é uma categoria social construída, mais do que uma faixa etária demarcada, nem sempre coesa em seus desejos e comportamentos. E como categoria social, é representação sociocultural e situação social, uma criação simbólica de grupos sociais ou dos próprios jovens para justificar suas atitudes. O autor também aponta para a forma como as faixas etárias conduziram a sociedade moderna para uma cronologização do curso da vida: “A criação das instituições modernas do século XIX e XX – como escola, o Estado, o direito, o mundo do trabalho industrial etc. – também se baseou no reconhecimento das faixas etárias [...]” (GROPPO, 2000, p. 12).

Na Idade Média, as “idades da vida” eram recortes de tempo com nomenclaturas como infância e puerilidade, juventude e adolescência, velhice e senilidade, palavras que buscavam designar as “idades do homem”, como categorias nos tratados pseudocientíficos da época. A idade é um dado que só ganhou relevância a partir da Idade Moderna. Philippe Ariès (1981) demonstra que, no século XVII, ninguém mediria a infância por aspectos biológicos e, portanto, a idade exata do indivíduo não era um fato tão importante, digno de atenção, tal como a dependência dos adultos, maneira pela qual se percebiam as classes de idade naquela sociedade. Foram mudanças em torno das instituições, como militarismo ou casamento, que contribuíram para a transformação no olhar lançado sobre os mais jovens (ARIÈS, 1981). O rei Francisco I, no século XVI, ordenou aos párocos da França que acrescentassem a inscrição do nascimento aos registros. A medida foi lentamente incorporada para que, finalmente no século XVIII, o clero exercesse o comando sobre toda a população e, a partir daí, já se sabiam com exatidão quantos anos tinham as crianças nascidas na França. O autor indica que, embora o vocabulário tenha se modificado com o passar do tempo, a ambiguidade entre infância, adolescência e juventude permaneceu até o século XVIII. Não havia a noção do que viria a ser “infantil”, pois as crianças eram então percebidas como um adulto à espera de ocupar lugar social e, enquanto isso, ajudavam no trabalho do campo e no que mais as julgassem convenientes.

As classes de idade se organizaram na sociedade moderna em torno de instituições. Assim, a adolescência, mal percebida durante o *Ancien Régime*, distinguiu-se através da conscrição, e, mais tarde, pelo serviço militar. O *écolier* – escolar do século XVI ao XVIII – estava para uma infância longa, assim como o conscrito dos séculos XIX e XX estava para a adolescência (ARIÈS, 1981). Desse modo, Ariès emprega os termos “adolescência e juventude” para fazer referência à fase após a infância.

Se há alguma diferença entre as ideias de adolescência e juventude, ela não se dá de forma universal. A adolescência, em geral, é tomada como uma categoria mais *biológica* e comumente encontrada em estudos da psicologia e das ciências naturais, mas também na antropologia, que se dedica a observar os “ritos de passagem” em sociedades simples e complexas (TURNER, 1974; VAN GENNEP, 2011). Juventude, por seu turno, carrega um caráter *sócio-lógico* (ROCHA; PEREIRA, 2009), configurando-se, em alguns momentos, como um “problema social” e, em outros, como um “problema sociológico” (PAIS, 1993). Convenções institucionais, revistas de tempos em tempos, como aquelas da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), entre outras, podem estabelecer critérios demográficos e ainda subdivisões, como pré-adolescência, tendendo aproximar a adolescência de um período mais próximo da infância, e a juventude, da vida adulta (GROPPO, 2000). Neste texto, as duas maneiras de citar o período de mudança

entre infância e vida adulta – adolescência e juventude – serão, a partir daqui, usadas como sinônimos.

Os primeiros passos para uma distinção entre as idades e estágios da vida começaram, então, no século XVI, a datar dos meios sociais mais privilegiados. Uma prévia noção de adolescência, como vimos, poderia ser remetida à medicina, ao tratar da puberdade, e à psicologia, ao tratar daqueles que passavam pelo período de vida (LE BRETON, 2007). No século XVI e XVII, o sentimento de infância começou a crescer na mentalidade comum, especialmente nas mães e amas, pela graciosidade e fragilidade das crianças. Entretanto, também se observa um excesso entre os moralistas e educadores do século XVII ao impor uma educação mais severa. Os dois séculos citados contemplam um momento de transformação nas famílias, que passaram a construir sentimentos de afeto entre os membros e colocaram a criança como foco. A percepção de juventude nascia lentamente e a extensão da frequência escolar contribuiu para a compreensão do período. “A escola deixou de ser reservada aos clérigos para se tornar o instrumento normal de iniciação social, da passagem do estado da infância ao adulto” (ARIÈS, 1981, p. 231). Ariès demonstra que a escola teve grande responsabilidade no surgimento das categorias de criança e adolescência, e que contribuiriam para a formação intelectual e comportamental destes. O autor também cita os manuais de civilidade, que, apesar de não serem livros escolares, contribuía para uma educação mais rigorosa. O manual *La Galatée*, especialmente, que atingiu um grande público no século XVII¹¹, é descrito como: “Tratado muito necessário para bem treinar a juventude em todas as maneiras e modos de agir louváveis, bem recebidos e aprovados por pessoas de boa educação e grande virtude [...]” (ARIÈS, 1981, p. 248). Ou seja, à medida que a consciência de juventude ia se firmando socialmente, regras e formas de moldá-la surgiam ao mesmo passo. A adolescência seria uma espécie de privilégio dos filhos da burguesia devido à continuidade dos estudos, “[...] ainda que essa juventude não esteja sempre feliz, pois é tratada com dureza e monitorada com vigilância” (LE BRETON, 2017, p. 45). As escolas colaboraram na diferenciação do período da infância para a adolescência e a divisão de idades começava a criar os primeiros sinais de uma classificação etária entre esses indivíduos. A partir do final do século XVII, a criança foi separada do adulto na sala de aula e agrupada com seus pares sob a supervisão dos mestres. Os meninos puderam usufruir do estudo primeiramente, até à Primeira Guerra Mundial, quando a escolarização era dedicada a eles e, em especial, à burguesia. As meninas começaram a escolarização no final do século XVIII e início do XIX, quando eram direcionadas para atividades femininas (LE BRETON, 2017).

Ainda segundo Ariès (1981), três obras literárias também foram consideradas definidoras da emergência do sentimento de adolescência. *Emílio*, de 1762, escrita por Jean Jacques Rousseau, colocou a juventude em evidência e fez questionamentos da natureza humana. Johann Wolfgang Goethe escreveu, além do romance juvenil *Os sofrimentos do jovem Werther*, de 1774, com desfecho trágico e grande sucesso na época entre os jovens, a obra *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*, de 1796, considerado como primeiro do gênero romance de formação – pois aborda questões da construção do indivíduo e o desenvolvimento

¹¹ Benevolência da conversa entre homens, Rouen, Romain de Beauvais, 1618, pet. em 8°. (datado de Pont-a-Mousson, 25 de agosto de 1671).

de suas habilidades no conflito social (CESAR PIRES, 2016)¹². Rousseau, um dos inspiradores da Revolução Francesa¹³, e Goethe, que também escreveu questões pertinentes sobre a juventude, são dois nomes importantes da época para o incentivo à autonomia desses jovens. O sociólogo Edgar Morin (2009) acredita que dois marcos, a Revolução Francesa na esfera da política e o livro de Goethe sobre o jovem Werther na esfera da cultura foram o “nascer do sol” para a juventude no mundo (MORIN, 2009). As décadas e séculos que seguiriam a essas duas referências passariam por um movimento de “degerontocratização”, ou seja, um pensamento de desocupação de pessoas mais velhas do poder, um “rejuvenescimento dos quadros” e subida de hierarquias por pessoas de idade menos avançada. A história dos movimentos sociais juvenis marcou o passo da caminhada dos adolescentes rumo ao reconhecimento social. “A partir da Revolução Francesa, o engajamento da juventude urbana não deixará de se manifestar no decorrer dos movimentos revolucionários ou das lutas operárias, em relação à sua importância social e sua emancipação simbólica como faixa etária” (LE BRETON, 2017, p. 53).

A História registra, desde o final do século XVIII, diversos movimentos juvenis, em geral contra imposições políticas. No entanto, a juventude urbana também buscou seu espaço por outros caminhos, no século seguinte. Uma onda de movimentos juvenis forçou passagem e se diferenciou, em especial, a partir do fim do século XIX.

Os anos 1800, que, pela primeira vez, dedicou uma atenção aos futuros adultos, com incentivo à continuidade escolar e a postergação de sua entrada na vida adulta, também assistiram a ações juvenis anômicas e consequentes medidas de controle sobre os denominados “delinquentes”.

Jon Savage (2009) explica que, em 1857, o *New York Times* havia intercedido pelo temível conflito entre os *Bowery Boys* e *Dead Rabbits*¹⁴. Eram os efeitos do Novo Mundo, quando a população urbana triplicou, ocorrendo a troca do campo pela cidade e a imigração da Europa Ocidental e Oriental atingiu seu auge comparado aos anos anteriores. A autonomia que esses jovens assumiram ia além de uma rebeldia, mas uma experiência do poder da juventude e de todos os privilégios físicos que ela proporcionou. Citando o romance *Maggie: The girl of the streets*, Savage destaca: “Uma grande atração deste mundo é a sua permissividade sexual [...], mas isso só funcionava para os homens”. E complementa: “Florescendo em uma poça de lama, a sua heroína tem apenas a sua juventude: Ela começou a ver o rosado de suas faces como algo valioso” (CRANE, 1891 apud SAVAGE, 2009, p. 55). Assim, as mulheres também participavam do movimento, seja pela prostituição ou ainda vivendo segundo seus próprios termos.

Em 1890, na falta de uma estrutura inclusiva, as autoridades americanas já conviviam com um extremo incômodo: os adolescentes sem regras, em especial as gangues, socialmente diagnosticados como delinquentes. Nesse mesmo ano, os jornais da Grã-Bretanha disparavam

¹² O romance de formação é designado como tal, não somente pelo conteúdo do enredo, mas, também, por seu potencial de formação do leitor, o que lhe conferiria um potencial político: a ampliação do círculo de atuação social do burguês, por meio de uma formação universal, antes restrita à nobreza (CESAR PIRES, Pedro, 2016, p. 163).

¹³ Cf. o verbete sobre Rousseau em François Furet e Mona Ozouf, *Dictionnaire Critique de la Révolution Française*, Paris, Flammarion, 1992.

¹⁴ Tradução livre: “Os *Dead Rabbits* foram os instigadores principais dos tumultos do 4 de julho de 1857. Junto com uma gangue aliada chamada *Plug Uglies*, os *Dead Rabbits* desceram sobre o *Bowery Boys* no turno que estavam em casa. Os *Bowery Boys*, apoiado por guardas atlânticos, conheceu os seus invasores e uma grande briga de braços durou horas”. Traduzido do original: “*The Dead Rabbits were prime investigators of the Fourth of July riots of 1857. Along with an allied gang called the Plug Uglies, the Dead Rabbits descended on the Bowery, home turn of the Bowery Boys. The Bowery Boys, backed by atlantic guards, met the invaders and a hug brawl eruped that lasted hours*”. (HENDLEY, 2009, p. 66)

notícias de grupos tomados como desordeiros. Os *Scuttlers*, de Manchester, uma das gangues mais conhecidas da época, provocaram uma luta livre com cerca de 500 jovens. Em 1898, adolescentes promoveram uma onda de atos delinquentes no mesmo dia, denominados como Hooligans pela imprensa. “[...] os Holligans e os Scuttlers estavam tentando ser donos de seu próprio destino. Unir-se em bandos e envolver-se em disputas territoriais era um modo de se afirmar, de ver um pouquinho de excitação e transcender um estilo de vida sem saída” (SAVAGE, 2009, p. 61). Em 1900, na França, outro grupo influente mostrou sua vontade de conquistar espaço social no mundo. Os Apaches provocaram medo na população: realizavam roubos, assaltos, agressões e brigas em bando. Mesmo na contramão das lutas de movimentos juvenis anteriores no país, os Apaches anunciaram que a juventude delinquente também mostraria seu lado francês.

Em julho de 1899, o estado de Illinois, nos EUA, aprovou uma lei para regulamentar tal controle de crianças delinquentes e a instituição de um tribunal juvenil. A definição de delinquentes, nesse caso, se referia a qualquer criança com menos de 16 anos que violasse qualquer lei do estado. Ao mesmo tempo em que era conveniente a criação de normas legais, o tribunal entendia a delinquência como resultado de más condições sociais e, na virada do século, a delinquência juvenil já chamava atenção de todo o mundo como um problema social.

A Alemanha, por sua vez, configurava um ambiente bastante particular. Considerada a pátria originária do romantismo, a juventude reivindicava autonomia. A peça *Spring Awakening* foi escrita em 1891 justamente para representar jovens que não eram a favor do sistema de crenças políticas, sem oferecer uma orientação para suas vidas. Baseadas em fatos reais, as cenas mostravam suicídios dos jovens que não se encaixavam no cenário imposto e foi duramente criticada pelos adultos da época por influenciarem o pensamento de seus filhos. O desejo de liberdade já ecoava em diversos grupos juvenis, mas a sociedade não conseguia decifrar o que queriam esses indivíduos (SAVAGE, 2009).

As grandes guerras: a juventude como peça-chave para o poder

A eclosão da Primeira Guerra Mundial também despertou curiosidade e entusiasmo em parte da juventude mundial. Os jovens, a essa altura, já sentiam que poderiam ser protagonistas e a guerra parecia ser um poderoso instrumento para alcançar esse desejo. Os alemães traziam o sentimento de morte heroica, os ingleses, a fuga ao tédio da classe trabalhadora, os franceses estavam alimentados pelo seu histórico de lutas e os italianos representavam uma ideia de país futurista e destemido (MOCARZEL, 2017). No final do século XIX, surgiu o que é considerado pelos pesquisadores como o primeiro movimento unicamente de jovens, o Movimento Juvenil Alemão, denominado *Wandervogel* (pássaros migradores). Nasceu em reação ao autoritarismo do sistema educacional e ao governo alemão, em 1896, próximo a Berlim. O movimento rejeitava a escola, a educação, os professores, e fazia um apelo à liberdade, à aventura, ao jogo, ao rito, em oposição à sociedade urbana. Espalhou-se por toda a Alemanha, Áustria e Suíça, valorizava a natureza e a fuga dos centros urbanos, a convivência, criava uma espécie de mundo próprio (GROPPO, 2000). Os *Wandervogel* não queriam um mundo de imposições e regras já estabelecidas para a juventude, diferente dos movimentos anteriores, buscavam o mínimo contato possível com os adultos. Em um cenário em que a

concepção de juventude era criada e moldada, os protagonistas fizeram seu próprio enredo. Sem entender com clareza, a sociedade se chocava com essa juventude que novamente ganhou o título de rebelde e promíscua. Salvatore Valitutti (1968) comentou as diversas circulares que o Comitê Central da Juventude produzia, sublinhando os discursos de repúdio aos adultos e ânsia de autorrepresentação: “[...] a juventude até agora mantinha a parte da vida pública da nação, não teve outro papel a não ser o de aprender, forçadamente, a contentar-se com uma sociedade mesquinha e superficial e a ser um simples apêndice das gerações mais velhas” (VALITUTTI, 1968, p. 129). O movimento *Wandervogel* atravessou o período da Primeira Guerra Mundial, mas não sem sofrer dissoluções de partes que interpretavam alguns pontos de maneiras diferentes e queriam seguir seu próprio estilo de movimento.

Como categoria social, a juventude pós-Primeira Guerra se consolidava, e tanto crianças quanto adolescentes eram vistos como fontes de energia transformadora, que necessitavam sempre de vigilância (GROPPO, 2000). Porém, fontes de energia, ao mesmo tempo em que iluminam caminhos, podem conduzir a explosões. O mundo de então se perguntava: os jovens, com tamanha energia, seriam úteis coletivamente? Ou ainda, como não poderiam ser um perigo? Jon Savage (2009) explica que, no século XIX, os tradicionalistas da Europa encontrariam o destino que lhes parecia adequado para aproveitar toda a intensidade que os jovens tinham a oferecer: o militarismo. Von der Goltz, tenente coronel, afirmaria em seus inscritos ser a fase dos 18 aos 24 anos a mais adequada ao serviço militar, pelos seus atributos físicos e psicológicos. O corpo estaria em pleno vigor, sem preocupações, e complementa, assegurando ser um exército jovem o mais superior de todos (SAVAGE, 2009). Apesar de a França ter sido o primeiro país a convocar recrutamento, em 1793, foram a Alemanha e a Grã-Bretanha, no final do século XIX, que introduziram o incentivo aos jovens. Essa percepção ganhou cada vez mais força com a necessidade de ter mais jovens somados à guerra. Os movimentos juvenis do início do século XIX na Alemanha e Inglaterra levantaram ideias acerca de juventude e valores nacional-patrióticos, fortalecendo um lugar social para o jovem.

Para Luisa Passerini (1996), os anos anteriores e, principalmente, posteriores à Primeira Guerra Mundial foram importantes para parte da afirmação do conceito de juventude. O fascismo italiano soube aproveitar bem essa fase, atribuindo aos adolescentes uma importância nacional, alimentando-lhes a vaidade, de certa maneira. Em 1921, o governo declarou que 25% de seus homens eram jovens com menos de 21 anos. Assim, começou a usar o termo “Geração da Guerra” e, mesmo com protestos dos combatentes não fascistas sobre os dados serem falsos, a propaganda estimulou o crescimento do movimento. Segundo Passerini (Ibid.), o fascismo usou conceitos e imagens já presentes na história da cultura europeia para criar um vínculo de heroísmo, morte pela pátria, além de masculinidade e virilidade. A imagem criada para o *Duce*, Mussolini – jovem, másculo, guerreiro – tinha como ideal conservar-lhe uma eterna juventude e determinados valores que foram ligados aos jovens como algo inerente, natural a eles. O fascismo dedicava de vários modos atenção à juventude, tanto física quanto psicologicamente, mas, para isso, “[...] atribuem-se aos jovens os poderes de uma missão salvadora em relação ao partido e ao Estado fascista” (Ibid., p. 318).

Ainda que o discurso creditasse ao potencial dos jovens uma via para uma sociedade melhor de se viver, havia interesses particulares por trás destes que articularam a ideia de juventude ao valor de heroísmo. Groppo (2000) demonstra que o nazismo usou estratégias parecidas ao fascismo em relação ao militarismo juvenil. Introduziu, em suas descrições ideais,

slogans e valores que engrandeciam a juventude, colocando os adultos como ultrapassados. Os pais, inclusive, eram classificados nessa propaganda como velhos, antigos, de pensamentos até mesmo comunistas. O incentivo para um conflito de gerações era reafirmado constantemente e, no Terceiro Reich, surge o termo “comunidade Volk”, com sentimento de união e pertencimento. O próprio Hitler chegou a declarar, em 1938, que os adolescentes não seriam mais livres e todos deveriam ceder seu tempo e espírito a fim de garantir ao povo alemão uma eterna juventude (MICHAUD, 1996). A Juventude Hitlerista e a Liga das Jovens Alemãs foram duas das organizações juvenis mais emblemáticas da História; sua organização, estágios e obrigações apresentaram uma integração militante única.

Observa-se, então, que, a partir do final do século XIX e início do XX, os jovens começam a demonstrar, de alguma maneira, sua insatisfação pelo que era criado pelos adultos. Principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, ainda mais grupos e movimentos juvenis surgiram em todo o mundo. Esta pesquisa não tem a pretensão de retratar todos os movimentos juvenis da História, apesar de reconhecer sua grande importância para concretizar o conceito de juventude contemporânea. Até aqui, é entendido como a categoria juvenil, lentamente, ganhou diferenciação social, relevância, e, principalmente, que, com o nascimento da percepção de juventude, iniciam-se também os propósitos interessados dos adultos sobre o jovem *versus* sua autonomia. Ao final da Segunda Guerra, o mundo já havia passado por experiências que lhe proporcionaram uma consciência de juventude. Outrora, os adolescentes mostraram o lado submisso e revolucionário que permeiam as suas vidas diante dos adultos, um paradoxo que somente poderia fazer sentido nesse período da vida.

A juventude como problema sociológico

De acordo com Edgar Morin (2006), “[...] só pode haver adolescência onde o mecanismo de iniciação, transformando a criança em adulto, se deslocou ou decompôs-se, e onde se desenvolveu uma zona de cultura e de vida que não está engajada na ordem social adulta” (Ibid., p. 137). Assim, a adolescência se aproxima do que o autor denomina como “desvio”, uma tendência que pode nascer a partir de um indivíduo, de um “micromeio” ou “microfenômeno”, nas palavras do autor. Quando uma “tendência” atinge representações incomuns, desconhecidas, há possibilidade de estranheza por aqueles que não a esperavam, nesse caso, é possível que ocorra uma “contratendência” uma busca do já conhecido, da volta ao antigo, entendendo que é preciso retomar o equilíbrio em que se vivia (Ibid.). Em contrapartida, a tendência também pode ser aceita pelos indivíduos atingidos por ela, assim o equilíbrio se manifestará através da novidade que era necessária. E quando uma tendência se torna dominante e hegemônica, torna-se imprescindível ao sistema. “[...] a tendência se torna traço constitutivo quando seu caráter fenomenal se inscreve no dispositivo gerativo” (Ibid., p. 128). O sociólogo afirma que a partir dessa conjuntura o processo de acomodação social está realizada. Em suma, a tendência ou contratendência é inserida através de um agente desviante possível de execução a qualquer indivíduo e que, de forma notória, são correlacionados à juventude a partir do século XVIII.

A mudança nesses séculos teve os jovens como protagonistas, seja por sua própria iniciativa ou por influências adultas. Assim, o autor observa que um movimento cultural também se define em parte como contratendencial, uma vez que sugere novas normas

individuais de viver em sociedade e fogem dos fundamentos sociais estabelecidos. Edgar Morin (2006) relaciona “subcultura”, “contracultura” e “revolução cultural” afim de compreender as diferentes formas de representação e organização social. Desse modo, a subcultura pertenceria a um sistema mais vasto, uma expressão que buscaria a ambivalência a cultura de massas. A contracultura teria em sua essência a recusa de uma expressão acolhida pela maioria dos indivíduos e dura crítica ao mundo do consumo. E, por sua vez, a revolução cultural além do exposto pela contracultura, não toleraria o hedonismo favorecido pelo consumo e apresentaria suas ideias em atos efetivos (Ibid.).

Diante de um mundo em que tantas representações, movimentos e tendências se manifestariam pesquisadores e estudiosos da época tiveram seus olhos voltados para as representações dos distintos grupos juvenis. O século XVIII foi a nascente de um novo ponto de vista dirigido aos adolescentes. As mudanças no tratamento social não tocariam apenas as famílias, mas disseminariam para outros territórios de convivência. Andreas Flitner (1968) aponta que diferentes áreas começaram a se interessar pela posição do homem no mundo dos seres vivos gradativamente e os estudos sobre a infância e juventude surgiram com mais ênfase em áreas como Biologia, Psicologia e Filosofia. Mas, somente no século XX, no âmbito da Psicologia, foram registrados os primeiros livros dedicados inteiramente ao tema da juventude. O psicólogo Granville Stanley Hall usou o termo adolescência, em conferência, no ano de 1898, para situar o período entre a infância e a idade adulta. Hall, que há 5 anos já dedicava suas pesquisas sobre esse período da vida, declarou que o estágio que pode começar entre 12 a 14 anos e terminar entre 21 a 25 é uma nova fase da vida (SAVAGE, 2009). O autor escreveu *Adolescence* em 1904, em dois volumes, com quase 1.500 páginas. Hall foi o primeiro a demonstrar uma definição sistemática, com idades, e a dar atenção ao estado psíquico do jovem, em um dos primeiros livros americanos a usar Freud em seus estudos (SAVAGE, 2009). Em 1912, os jovens franceses Henri Masis e Alfred de Tarde fizeram um estudo dos parisienses de 18 a 25 anos. A comparação era entre os jovens de 1912 e os que alcançaram a maioria em 1885. Assim, concluíram que os jovens de 1885 eram pessimistas, exageradamente intelectuais, relativistas e agnósticos, o que teria contribuído para que a juventude e a própria França, de 1870, vivessem um período decadente. Por outro lado, os rapazes de 1912 viam-se cansados do caos que se instalou na França, buscavam ordem e hierarquias. Havia, então, um choque entre pais e filhos, pais liberais – ou decadentes – e filhos mais conservadores. O estudo foi um dentre vários que despontaram nesse período pré-guerra devido à nova importância dos adolescentes. “Até então, a juventude tinha sido um estado definido principalmente pelos adultos: agora, os sujeitos dessas definições clamavam para ter a própria voz. Abstraída nesses tratados, a juventude tornou-se uma religião em si mesma [...]” (SAVAGE, 2009, p. 150).

O campo das pesquisas sobre a juventude foi explorado por diferentes áreas do conhecimento, ainda assim era dominado pela psicologia, como a Psicologia Comparativa e Psicologia de Observações Exatas. No decorrer dos anos 1920, os conhecimentos sobre a juventude ganharam contribuições de outras áreas, mas a psicologia sempre acompanhou o tema com afinco. Andreas Flitner (1968) demonstra que, em 1924, Eduard Spranger escreveu *A Psicologia da Juventude*, que rompeu com um estudo unicamente voltado aos impulsos e condições da psicologia, valorizando configurações sociais e culturais. Assim, as reações psíquicas dos jovens e as realidades sociais despertaram mais interesse para os estudos entre Psicologia e Sociologia sobre o tema. “Na sociedade americana e ocidental, o estado

intermediário que Rousseau havia ao mesmo tempo exaltado e feito advertências a respeito, não era só determinado biologicamente, mas socialmente construído” (SAVAGE, 2009, p. 82).

Com diversos grupos tomados como “delinquentes” se manifestando em algumas partes do mundo, sociólogos e antropólogos também se interessaram pelo novo problema social que se acendia. Em 1920, o antropólogo Robert Park, entre outros pesquisadores, se dedicou aos estudos das culturas juvenis (CATANI; GILIOLI, 2008). Seguindo a mesma direção, o Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago se concentrava preferencialmente nas pesquisas voltadas aos fenômenos sociais que ocorriam no espaço urbano. Entre os interesses de estudo, estavam as gangues juvenis e os códigos das ruas. Em conferência, o sociólogo também da Escola de Chicago, Howard Becker (1996), reafirma a importância de seu antecessor Robert Park dos estudos juvenis e revela que a delinquência juvenil era abraçada principalmente os filhos dos imigrantes que praticavam pequenos delitos.

Com o tempo, os estudos ganhavam mais consistência entre os sociólogos de outras instituições. Em 1940, Talcott Parsons, da Universidade de Harvard, identificava uma “subcultura juvenil genérica”, contribuição importante para os caminhos que as pesquisas sobre juventude seguiriam naquele âmbito. A ideia de unidade cultural de Parsons, exposta de maneira sucinta, compreendia a juventude em todo o mundo compartilhando o mesmo sentimento, uma cultura juvenil que ligaria os jovens. De acordo com Parsons, para cada grupo etário, existiriam regras a serem seguidas dentro de papéis sociais, como a criança, o adulto e o velho. Em termos biológicos, cada um desses grupos seria praticamente o mesmo em todas as sociedades, contudo, diversos por serem definidos culturalmente (TAVARES, 2012). Assim, a juventude seria uma preparação para a vida adulta, mas com hábitos e modos diferentes, e a delinquência seria um “desvio” natural de um período “problemático”. Já os estudiosos da Universidade de Birmingham, especialmente o *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS), compreenderam que a juventude é composta de pequenos grupos sociais, cada qual com uma cultura específica. Para entender como se chegou a tal pensamento, antes, é importante observar como se constituiu o CCCS.

Richard Hoggart foi o primeiro diretor do CCCS, centro que reuniu os estudiosos do que hoje denominamos o “campo dos Estudos Culturais Britânicos”. Em 1964, reuniram-se para observar as relações entre a cultura contemporânea e a sociedade, instituições e práticas culturais (ESCOSTEGUY, 1998). Outras duas obras e autores também são considerados, ao lado de Hoggart, as bases dos estudos culturais britânicos: Raymond Williams, com *Culture and Society*, de 1958, e E. P. Thompson, com *The Making of the English Working-class*, de 1963 (ESCOSTEGUY, 1998). As pesquisas, atravessadas por uma visão de luta de classes marxista, observavam as insatisfações expressas pelos jovens com o contexto social daquele momento, considerando a juventude por suas relações, inquietações e pelo que pensavam ao se confrontarem com a sociedade. A partir desse ponto, os pesquisadores perceberam, então, que os jovens formavam o que passaram a categorizar como “subculturas”¹⁵, as quais se construíam por oposição, ou melhor, “resistência” ao universo adulto. No entanto, as subculturas eram percebidas de duas maneiras: o outro reduzido ao comum e banal, ou visto como exótico, negativamente (CATANI; GILIOLI, 2008). “Essas subculturas juvenis seriam produto da proletarianização de grandes contingentes populacionais e manifestariam resistências ocultas à

¹⁵ É importante destacar o uso do plural para essas subculturas britânicas ali observadas, diferente de Parsons, que faz uso do termo no singular.

ordem hegemônica” (CATANI; GILIOLI, 2008, p. 94). A partir daquelas décadas, os estudos culturais dirigidos à juventude ganharam proporções ainda maiores sendo reconhecidos em todo o mundo como via fundamental para pesquisas hodiernas.

Considerações finais

A juventude é, ainda, uma ideia em construção. Por ser uma noção diretamente relacionada com a emergência da modernidade, como se procurou demonstrar, está e sempre estará a reboque das reconfigurações de contextos políticos, sociais e culturais sujeitos a constantes transformações. Durante suas várias formas de representação na história, palavras e características foram usadas na tentativa de desqualificar a juventude como uma categoria social.

Neste artigo, escolhemos usar a palavra “juventude” no singular, já que o objetivo era exatamente compreender a construção social como um fenômeno sócio-histórico-cultural. Uma vez que a juventude usou de diferentes mecanismos para expressar sua busca por liberdade e reconhecimento, a palavra “juventude” ganhou significado e concretude ao longo de diferentes representações sociais. Numa perspectiva antropológica, espera-se que tratemos de “juventudes”, dada a sua pluralidade, não apenas em termos gramaticais. Ponto de vista também fundamentado, mas que esse artigo não teve a intenção de observar.

Isto posto, ressaltamos que as perspectivas aqui apresentadas buscaram provocar uma reflexão acerca do reconhecimento da juventude como um agente de mudança social, principalmente a partir do século XIX. Para isso, analisar a conjuntura de mundo se fez e faz necessária ao voltar os olhos para a juventude, estudar esse indivíduo sem considerar os fenômenos da modernidade pode resultar uma visão turva e desordenada. Logo, esse estudo teve como intenção a tentativa de organizar, dentro de uma perspectiva despretensiosa e limitada, a trajetória de uma construção social com os rastros que foram demarcados desde pouco antes da idade moderna até o que é considerado contemporaneidade. É de grande importância tomar ciência de que a juventude conquistou espaço na sociedade, mas que também esse lugar foi concedido muitas vezes quando se percebeu o benefício dessa valorização. Uma disputa, conforme afirma Bourdieu (1983), que atravessa o tempo. Conflitos por espaços entre os jovens e adultos ocuparam cenários de oposição e enfrentamento com ideias e visões de mundo contrárias. Tal embate pode ser interpretado como condição para que a juventude pudesse encontrar espaço e respirar os ares que a sua categoria social iria proporcionar. Os enfrentamentos e a luta por direitos fazem parte de sua história e a articulação com a ideia de mudança social, outra construção social, é um alicerce – invisibilizado por força da familiaridade das representações sociais (MOSCOVICI, 2015) – construído através dos séculos.

O recorte de tempo aqui estabelecido não contempla tantas outras memórias da juventude pelos anos citados, e ainda, compreende que o pós-Segunda Guerra foi outro grande momento para a temática, como a construção da indústria do consumo e as categorizações de gerações, assim como as suas subdivisões.

A Europa, principalmente a partir do século XIX, testemunhou disputas simbólicas, para além de guerras e conflitos políticos, ao tornar-se cenário da instituição de um espaço antes inimaginável, já que nunca ocupado, para uma faixa etária que, até ali, permanecia opaca, sem

qualquer crédito social. Naquele contexto, seja pela subversão, seja pelo potencial de mudança ou pela delinquência, os jovens tornaram-se atores sociais, retirando as vendas de toda uma sociedade que não enxergava sua prestatividade. Por meio de seus movimentos e representações, e em constante processo de transformação, ajustaram-se as lentes de estudiosos de Chicago, Birmingham, entre outros departamentos de Sociologia pelo mundo, que passaram a olhar para a juventude como fenômeno, conceito e categoria social.

Referências

- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BECKER, H. A escola de Chicago. **Revista Mana**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 177-188, oct. 1996.
- BOURDIEU, P. A “juventude” é apenas uma palavra! In: **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 112-121.
- CATANI, A. M.; GILIOTI, R. de S. P. **Culturas juvenis, múltiplos olhares**. São Paulo: UNESP, 2008.
- CESAR PIRES, P.. Werther e Wilhelm Meister: o conflito entre indivíduo e sociedade em dois romances de Goethe. **Cadernos de Campo (UNESP)**, São Paulo, v. 21, p. 161-182, jul./dez., 2016.
- ESCOSTEGUY, A. C. Os estudos culturais. **Revista Famecos**, PUC-RS, Porto Alegre, v. 5, n. 9, p. 87-97, 1998.
- FLITNER, A. Os problemas sociológicos nas primeiras pesquisas sobre a juventude. In: BRITO, S. (Org.). **Sociologia da juventude I**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p. 37-68.
- GROPPO, L. A. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: Difel, 2000.
- GROSSBERG, L. **We gotta get out of this place: popular conservatism and postmodern culture**. New York: Routledge, 1992.
- JOHNSON, A. G. **Dicionário de sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- LE BRETON, D. **Uma breve história da adolescência** / David Le Breton. Tradução de André Marins Campos Guerra. et. al. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2017.
- MICHAUD, E. “Soldados de uma idéia” Os jovens do terceiro Reich. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Jean-Claude (Org.). **História dos jovens 2: A época contemporânea**. Tradução de Paulo Neves, Nilson Mulin e Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 291-317.

Elena Cruz; Cláudia Pereira.

MOCARZEL, M. Tempos e espaços das juventudes: conceitos e trajetórias. In: PEREIRA, Cláudia (Org.). **Culturas, consumos e representações midiáticas da juventude**. Rio de Janeiro: Appris, 2017, p. 21-36.

MORIN, E. **Cultura de massas no século XX**: o espírito do tempo, v. 1, Neurose. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. **Cultura de massas no século XX**: o espírito do tempo, v. 2, Necrose. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

PAIS, J. M. **Culturas juvenis**. Lisboa: INCM, 1993.

PASSERINI, L. A juventude, metáfora da mudança social. Dois debates sobre os jovens: a Itália Fascista e os Estados Unidos da década de 1950. In: GIOVANNI, Levi; SCHMITT, Jean-Claude. **História dos jovens 2 – A época contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 319-382.

ROCHA, E.; PEREIRA, C. **Juventude e consumo**: um estudo sobre a comunicação na cultura contemporânea. Rio de Janeiro: Mauad Ed., 2009.

SAVAGE, J. **A criação da juventude**: como o conceito de teenage revolucionou o século XX. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

TAVARES, B. Sociologia da juventude: da juventude desviante ao protagonismo jovem da Unesco. **Revista Soc. e Cul.**, Goiania, v. 15, n. 1, p. 181-191, jan./jun., 2012.

TURNER, V. (1974). **O processo ritual**: Estrutura e Anti-Estrutura. Rio de Janeiro, Vozes.

VALITUTTI, S. Uma revolução juvenil. In: BRITO, S. (Org.). **Sociologia da juventude III**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, p.125 -132.

VAN GENNEP, A. **Os ritos de passagem**. Petrópolis: Vozes, 2011.